

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 264

Período: 01/09/07 a 07/09/07

GEDES – Brasil

- 1- Ministério da Defesa terá aumento de 54% no seu orçamento de 2008
- 2- Livro sobre regime militar e Lei da Anistia geram controvérsias
- 3- Investigações apontam que VSB-30 não teria falhado
- 4- Discussões sobre a atuação brasileira na Missão da ONU no Haiti
- 5- Ministro da Defesa cogita possibilidade de mudanças na Constituição para garantir o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem internas
- 6- Presidente Lula anuncia grupo de trabalho que formulará novo Plano Estratégico de Defesa Nacional
- 7- Família de João Goulart pede indenização por participação norte-americana no golpe militar de 1964
- 8- Diretor da Abin cria polêmica ao defender direito de escuta telefônica para combater ações terroristas e de sabotagem

1- Ministério da Defesa terá aumento de 54% no seu orçamento de 2008

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, em 2008, o governo Federal dirigirá R\$ 10 bilhões de seu orçamento para o Ministério da Defesa, aumentando em 54% o valor destinado em 2007. Uma das razões para esse considerável reajuste seria a necessidade de investimentos no sistema aéreo brasileiro, como tentativa de sanar os problemas que foram deflagrados na crise do setor; além da modernização do aparelhamento e da estrutura das Forças Armadas. Assim sendo, cada Força terá um aumento mínimo de R\$ 1 bilhão, totalizando R\$ 8,3 bilhões, já que R\$ 1,8 bilhões serão destinados ao reaparelhamento. O Ministério da Defesa terá R\$ 1,7 bilhão para gerir, dobrando o valor que estava previsto. O maior orçamento será destinado à Aeronáutica, que terá R\$ 583 milhões para investir no controle aéreo e R\$ 1,4 bilhão a serem gastos nos aeroportos. Em proporção, a Marinha será a força mais beneficiada, recebendo 90% a mais de verbas em relação ao que recebeu em 2007. (*Folha de S. Paulo – País – 01/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/09/07*).

2- Livro sobre regime militar e Lei da Anistia geram controvérsias

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Alto Comando do Exército realizou no dia 31/08/07 uma reunião não prevista no cronograma anual para discutir o lançamento do livro “Direito à Memória e à Verdade”, lançado pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, como documento oficial do governo e que traz relatos sobre torturas e mortes ocorridas durante regime militar (1964-1985). Durante a reunião, os militares discutiram também a determinação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, para que eles não se pronunciassem contra a obra. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, quando Jobim soube que o Alto Comando do Exército fora convocado para discutir o livro, enviou um emissário civil ao quartel-

general do Exército, em Brasília, com a autorização do presidente Lula, anunciando que não toleraria insubordinação. O ministro teria até mesmo ameaçado destituir o comandante do Exército, Enzo Martins Peri e os demais generais que contestassem sua autoridade e se pronunciassem com uma forte reação ao lançamento do livro. No entanto, o *Estado* ressaltou que somente o presidente da República possui autoridade para exonerar os comandantes militares, cabendo ao ministro da Defesa a regência do sistema de defesa. Segundo a *Folha*, a opinião não oficial dos militares é a de que a repercussão atingida pelo livro, bem como sua caracterização como documento oficial, poderiam ter sido evitadas. Eles consideraram tais atitudes como “extemporâneas” e passíveis de serem utilizadas como pretexto para aumentar o pedido de indenizações das famílias das vítimas, quando, na verdade, seria necessária a criação de uma comissão para a busca de restos mortais desaparecidos, na época do regime militar. Em nota oficial, Enzo Peri, comandante do Exército, ainda falou sobre a Lei de Anistia (1979), que teve o objetivo de conciliar civis e militares, afirmando que levantar questionamentos sobre tal levaria a um retrocesso das conquistas realizadas pela paz e harmonia nacional. Jobim também se posicionou contrário à revisão da Lei de Anistia, pois ela foi criada com fins pacificadores. Segundo o ministro, o lançamento do livro não gerou problemas entre sua pessoa e os militares, estando encerrada a discussão sobre o assunto. A Marinha e a Aeronáutica não realizaram reuniões para discutir tal tema. Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, o Clube Naval emitiu nota em 31/08/07, assinada pelo almirante-de-esquadra, José Julio Pedrosa, respondendo às declarações do ministro Nelson Jobim em ocasião do lançamento do livro. Segundo a nota, os militares preferem entender as ameaças do ministro como uma “infeliz figura de retórica”, já que consideram o livro repleto de inverdades. Em opinião à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Marcos Nobre afirmou que “quando se mistura política e militarismo, a democracia costuma balançar”. A crítica se dirige ao comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, o qual declarou que uma possível revisão da Lei de Anistia significaria um “retrocesso à paz e à harmonia nacionais, já alcançadas”. Para Marcos Nobre, colocar em questão a Lei de Anistia não deve significar nenhum retrocesso, citando ainda que a criação do Ministério da Defesa no governo de Fernando Henrique Cardoso significou um avanço civil apenas no papel e que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, não tem controle efetivo sobre as Forças Armadas, apontando também que a determinação de Jobim sobre as Forças não se posicionarem contra o livro-relatório oficial “Direito à Memória e à Verdade” não foi de fato atendida. Marcos Nobre ainda afirmou que Jobim recuou diante as reações do Exército e posicionou-se contra a revisão da Lei da Anistia, dizendo ser ela um “problema do Judiciário”. Nobre apontou também que as vítimas do regime militar e seus descendentes somente recorreram ao Poder Judiciário, pois não tiveram outra opção que fizesse com que as Forças Armadas enfrentassem publicamente as acusações e que, enquanto recusarem-se ao diálogo, não há perspectivas de alcançar uma efetiva paz e harmonia que civis e militares desejam. (Folha de S. Paulo – Opinião – 04/09/07). (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/09/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 04/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/09/07; Estado de S. Paulo – Nacional –

01/09/07; Estado de S.Paulo – Nacional – 03/09/07 O Estado de S.Paulo – Nacional – 02/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/09/07).

3- Investigações apontam que VSB-30 não teria falhado

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o tenente-coronel Olympio Achilles de Faria Mello, diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IEA), afirmou que toda a investigação feita para detectar a causa da perda de carga útil no lançamento do foguete VSB-30, que ocorreu no dia 19/07/07, quase descartou uma falha no foguete. Mello sugere que pode ter ocorrido uma falha em um dos dispositivos de recuperação da carga útil, que causou a perda de dois experimentos. Segundo o jornal, há chances de não se obter um desfecho preciso sobre o problema ocorrido, já que ao final de novembro encerra-se o prazo das investigações. (*Folha de S.Paulo – Ciência – 01/09/07*).

4- Discussões sobre a atuação brasileira na Missão da ONU no Haiti

De acordo com a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o relatório preparado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre uma visita ao Haiti, recentemente, definiu a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas (Minustah) como violenta, constrangedora e que “não pratica ação humanitária”. O autor do documento, o advogado Aderson Bussinger Carvalho, afirmou que as tropas brasileiras, que lideram a missão da ONU no país desde 2004, deveriam se retirar imediatamente, pois, após ouvir relatos “assustadores” de trabalhadores e entidades de direitos humanos que atuam no país, concluiu que a missão brasileira é estritamente militar e não possui caráter humanitário, já que até o momento não foram construídas escolas, hospitais e nem encontradas outras soluções sócio-econômicas que atendam às necessidades urgentes dos haitianos. Já o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que as acusações do advogado demonstram “absoluto desconhecimento sobre o assunto. É um voluntarismo típico da necessidade de fazer oposição por fazer oposição”. Segundo oficiais brasileiros, Bussinger esteve no Haiti acompanhado por representantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e do Partido Socialista (PSOL), ambos adversários políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual pertence o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O subcomandante do batalhão brasileiro que atua no Haiti, coronel Tomás Miguel Paiva, afirmou que o objetivo das tropas é “permitir que a ação humanitária atue no país” e, além disso, os militares brasileiros já solicitaram o aumento do efetivo de 1200 homens que atualmente participam da missão, para possibilitar a construção de obras como asfaltamento de ruas, reforma de prédios e perfuração de poços artesianos para abastecer as forças de paz e as populações civis. A justificativa para o aumento do efetivo é a de que a missão, em um primeiro momento, combateu as gangues armadas que tomavam o país, e atualmente a missão tem, sim, forte ação social e participação na reconstrução da praticamente inexistente infra-estrutura haitiana. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde também se posicionou contra o relatório da OAB, afirmando que o continente americano não poderia menosprezar a situação de

grande turbulência político-econômico-humanitária pela qual o Haiti passava antes da intervenção militar e dizendo também que o papel dos militares brasileiros vai muito além do que foi apontado pelo relatório, pois as tropas atuam no combate às gangues, na construção de estradas e poços e na distribuição de água e comida, além de ter um significado estratégico e constituir um importante treinamento das tropas militares brasileiras para a garantia da lei e da ordem. No dia 05/09/07, a *Folha* noticiou que o premier haitiano Jacques Edouard Aléxis, discursando para ministros da Defesa de nove países que colaboram na estabilização do país, pediu que a Minustah fosse prorrogada, visto que considera a situação do Haiti ainda muito frágil, porém, essa decisão será tomada apenas em outubro de 2007. Nelson Jobim liderou a delegação brasileira na reunião no Haiti e discutiu, entre outros pontos, o aumento de efetivos brasileiros, a fim de atuarem mais na infraestrutura do país, porém, o próprio ministro concordou com as Nações Unidas que, apesar da paz aparente no país, as gangues não foram extintas. Além disso, os gastos da ONU na missão são muito altos e a infra-estrutura básica deve ser responsabilidade do governo haitiano, eleito democraticamente. Segundo o mesmo jornal, o Brasil teme que se iniciem as pressões em favor da desmobilização da Minustah, entretanto, o ministro da Defesa e os comandantes do Exército e da Aeronáutica consideram que a operação de paz ainda tem papel fundamental na efetiva estabilização do Haiti. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil já gastou cerca de R\$ 431 milhões no Haiti, dinheiro que é investido na compra de uniformes, armamentos e equipamentos militares, pagamento dos salários dos soldados e também na realização de melhorias na infra-estrutura haitiana (obras de engenharia construídas pelo Exército brasileiro). (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/09/07; Folha de S. Paulo – Mundo – 05/09/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 04/09/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/09/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/09/07).

5- Ministro da Defesa cogita possibilidade de mudanças na Constituição para garantir o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem internas

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, em visita oficial ao Haiti com os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, afirmou que pode “patrocinar” um debate sobre a mudança da Constituição brasileira para permitir o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem internas, ou seja, no combate à violência urbana, a fim de que intervenções militares – como as ocorridas na cidade do Rio de Janeiro para garantir a segurança pública – possam ser legitimadas. Jobim apontou que o problema maior é a diferença de estatuto legal. As leis internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) permitem o emprego das Forças Armadas em ações de combate ao crime interno, entretanto, a Constituição brasileira não permite. Em palestra para o ministro sobre as atividades brasileiras no Haiti, o coronel Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva afirmou que as missões tiveram duas fases, uma com “ações tradicionais” de Exército e, atualmente, com “a garantia da lei e da ordem”, inclusive nas áreas urbanas, o que pode otimizar a decisão de Jobim. Segundo o *Estado*, o Exército

está de prontidão para atender ao chamado para atuar na segurança pública da cidade do Rio de Janeiro, prova disto é que a corporação já mapeou o crime organizado e definiu estratégias. De acordo com o coronel Cláudio Barroso Magno Filho, que comandou as tropas brasileiras na Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah), o Exército deve enfrentar maiores dificuldades do que no Haiti, caso seja chamado para atuar no Rio. Na opinião do coronel, a situação no Rio de Janeiro é muito complexa, e, portanto, o Exército não poderá ser o principal executor das ações, fato que exige a colaboração de agentes da sociedade civil. No entanto, o coronel ressaltou que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não delega às Forças Armadas o “poder de polícia”, embora o Ministério da Defesa estude esta possibilidade. De acordo com a *Folha de São Paulo*, dentro de 40 dias, Jobim irá receber um relatório com os resultados de um estudo sobre a possibilidade das Forças Armadas ampliarem suas ações contra o crime nas cidades brasileiras. Sobre esta discussão, o jornalista Clóvis Rossi, em coluna opinativa à *Folha*, considerou relevante resgatar o papel das Forças Armadas no Brasil. Rossi concluiu que duas das principais funções das Forças Armadas, que seriam “defender o território contra um ataque externo” e “vigiar as fronteiras”, estão longe de ser exercidas com êxito, uma vez que faltam equipamento e treinamento adequados aos militares, além do sistema de inteligência ser pouco eficaz. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/09/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/09/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 07/09/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/09/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/09/07).

6- Presidente Lula anuncia grupo de trabalho que formulará novo Plano Estratégico de Defesa Nacional

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma cerimônia para declarar a criação de um grupo de trabalho que irá formular a Estratégia Nacional de Defesa. Na ocasião, diante da presença de quase cem oficiais-generais das três Forças Armadas, Lula enfatizou a necessidade de reativar a indústria bélica nacional e reequipar as Forças Armadas. No entanto, segundo a *Folha*, o presidente não mencionou o montante que irá destinar para os investimentos necessários. O grupo de trabalho, presidido pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e coordenado pelo ministro da Secretaria de Ações de Longo Prazo, Mangabeira Unger, terá o prazo de um ano para formular a nova estratégia nacional de defesa, que substituirá o plano atual, considerado um documento teórico, sem aplicação prática. Segundo o *Estado*, os trabalhos do grupo, para o qual foram convidados aproximadamente 40 oficiais do Exército e 20 da Marinha, seriam uma espécie de fator conciliador entre o ministro Jobim e os militares, tendo em vista as discórdias em relação ao lançamento do livro sobre o regime militar. Além do lançamento do grupo de trabalho, o ministro Nelson Jobim afirmou que o governo pretende que a Lei de Licitações seja flexibilizada, a fim de que as empresas brasileiras sejam beneficiadas na compra de insumos e equipamentos bélicos para as Forças Armadas e objetivando fortalecer a produção interna e a exportação para os demais países da América Latina. A nova política de Defesa conta ainda com o apoio dos comandantes Enzo Peri, do Exército, e Juniti Saito, da Aeronáutica. De

acordo com a *Folha*, Nelson Jobim anunciou, ademais, que tem como objetivo criar uma secretaria geral dentro do ministério, para funcionar como um novo departamento de poder nas Forças Armadas. Esse novo departamento seria semelhante ao antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), extinto no governo Fernando Henrique Cardoso e que deu lugar ao Ministério da Defesa. Além disso, o ministro explicou que o comandante do novo departamento será escolhido pelo critério de antiguidade contando com militares das três Forças e que pretende repassar a parte burocrática para o novo departamento, podendo assim discutir diretamente as partes estratégicas e operacionais das Forças Armadas com os três comandos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/09/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 06/09/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/09/07).

7- Família de João Goulart pede indenização por participação norte-americana no golpe militar de 1964

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a votação do recurso que a família do ex-presidente da República João Goulart move contra o governo dos Estados Unidos, no qual alega a participação direta dos norte-americanos no golpe militar de 1964. A viúva de João Goulart, e seus dois filhos, pediram indenização por danos morais, patrimoniais e à imagem, sustentando sua defesa principalmente no livro de Lincoln Gordon, embaixador no Brasil na ocasião do golpe, o qual afirma a contribuição decisiva dos Estados Unidos no financiamento, na logística e no fornecimento de aparato bélico para a consolidação do golpe militar. O STJ iria decidir se o governo norte-americano poderia responder a processo no Brasil; no entanto, suspendeu a votação porque dois dos cinco ministros encarregados da decisão deixaram recentemente o tribunal. Dos três ministros restantes, dois se pronunciaram a favor da família de João Goulart, e um a favor do governo norte-americano. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o julgamento não tem data para ser retomado. (Jornal do Brasil – País – 07/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/09/07).

8- Diretor da Abin cria polêmica ao defender direito de escuta telefônica para combater ações terroristas e de sabotagem

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o diretor da Polícia Federal (PF), Luiz Fernando Corrêa, criticou a proposta do diretor geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, de encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei que permitiria à Abin realizar escutas telefônicas, em casos de suspeita de terrorismo e sabotagem. Lacerda é ex-diretor da PF, e ao assumir a Abin suscitou a discussão a respeito de qual agência tem direito de realizar escutas telefônicas. De acordo com o *Estado*, o ministro da Justiça, Tarso Genro, tentou amenizar o confronto, declarando que não há conflito entre as atribuições das instituições. No caso da PF, a autorização das escutas telefônicas é feita por meio judicial. Já a Abin necessita da aprovação do presidente e do Congresso Nacional. O Editorial da *Folha de S. Paulo* questionou a posição do novo diretor da

Abin, afirmando que proposta não tem procedência, uma vez que o artigo 5º da Constituição Federal (CF) estabelece o sigilo das comunicações telefônicas como direito inviolável do cidadão. Além disso, o jornal ressaltou que não é função da Abin combater eventuais ações terroristas e de sabotagem, pois de acordo com a CF, a Polícia Federal deve apurar infrações penais contra a ordem política e social. (Folha de S. Paulo – Opinião – 07/09/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/09/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).